



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU

Lei Provincial nº 2407 de 05/11/1877 – Área 628,318 km<sup>2</sup> – Altitude 612 metros – CNPJ 18.385.088/0001-72

## LEI Nº 4.051, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

***"Dispõe sobre a caracterização das celebrações religiosas como atividades essenciais, o funcionamento dos templos de qualquer culto, observada as medidas preventivas que especifica, enquanto durar o estado de emergência e/ou de calamidade pública em razão da pandemia de COVID-19, no município de Manhuaçu e contém outras providências."***

O Povo do Município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes na Câmara Municipal aprovou e eu, **Maria Aparecida Magalhães Bifano**, *Prefeita Municipal*, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Todas as celebrações religiosas, sem distinção de credo, realizadas nos seus respectivos templos ou fora deles, no município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, serão consideradas atividades essenciais, garantido o seu funcionamento, com medidas preventivas, enquanto estiver o município em estado de emergência e/ou calamidade pública decretadas em razão da pandemia de COVID-19.

**Art. 2º.** Nas celebrações religiosas de que trata esta Lei, enquanto durar o estado de emergência e/ou calamidade pública de que trata o art. 1º, será seguido o seguinte protocolo:

- I** - uso obrigatório de máscaras de proteção individual por todos os membros;
- II** - disponibilização de álcool em gel nas entradas e no interior do templo;
- III** - distanciamento mínimo de 2(dois) metros entre os participantes;
- IV** - realização da higienização do templo no intervalo de cada celebração;
- V** - flexibilização e ampliação dos horários das celebrações;
- VI** - orientação a frequentadores com qualquer tipo de mal-estar a retornarem para suas residências ou a evitarem participar da celebração;
- VII** - difusão de informações sobre a real situação que deu origem ao estado de emergência e/ou calamidade pública, bem como orientações aos cuidados preventivos.

**Art. 3º.** Cumprirá ao Chefe do Poder Executivo o dever de observar esta Lei enquanto o Município estiver em estado de emergência e/ou calamidade pública, estabelecendo regras complementares mas que propiciem o seguro exercício das celebrações religiosas, nos termos desta Lei.

**Art. 4º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manhuaçu (MG), 06 de agosto de 2020.

**MARIA APARECIDA MAGALHÃES BIFANO**  
**Prefeita Municipal**

Praça Cinco de Novembro nº 381 – Centro – CEP 36.900-091 – Manhuaçu – MG